

2ª PROVA DO VI CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Instruções aos Candidatos:

- 1) Aguarde autorização de um dos membros da Comissão da Prova para abertura do Caderno de Prova e do Caderno de Questões.
 - 2) Nesta prova, somente poderão ser consultados textos legais sem comentários, sem notas explicativas e/ou anotações dos candidatos, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientações jurisprudenciais. Todo material é de uso individual, vedado o empréstimo a outro candidato.
 - 3) A duração desta prova será de 4 (quatro) horas.
 - 4) A prova contém **três cadernos**, assim compostos:
 - a) **Caderno de Questões**: contém a presente folha de instruções e três folhas (frente) com as dez questões da prova
 - b) **Caderno de Respostas**: contém capa, folha de rosto e vinte folhas para respostas, em frente e verso.
 - c) **Caderno de Rascunho**: contém vinte folhas identificadas para rascunho, em frente e verso.
 - 5) Todas as questões têm o mesmo valor;
 - 6) Em HIPÓTESE ALGUMA haverá **acréscimo ou substituição** de folhas dos cadernos de prova.
 - 7) Em HIPÓTESE ALGUMA as **folhas de rascunho** serão objeto de análise e correção pela Banca Examinadora.
 - 8) **Não** assine, assinale, amasse, dobre ou rasure o caderno de respostas, tampouco proceda a qualquer lançamento que viabilize a sua identificação.
 - 9) **Não** faça qualquer lançamento na **folha de rosto** do caderno de resposta, destinada ao lançamento de notas pelos corretores.
 - 10) Responda às questões pela ordem numérica que reputar mais conveniente, identificando EXPRESSAMENTE o **número da questão** a que se refere a respectiva resposta. Não transcreva a questão.
 - 11) **Não** é permitida qualquer consulta à banca ou aos fiscais de sala referente às questões de prova.
 - 12) Ao final da prova, entregue ao fiscal de sala **integralmente os cadernos de respostas e de rascunho**.
 - 13) O **caderno de questões somente poderá ser levado pelo candidato após 03 (três) horas** contados do início da prova. Antes desse tempo, se o candidato terminar a prova o caderno será recolhido pelos fiscais da sala.
 - 14) Nas notas a serem atribuídas serão consideradas positivamente a clareza, a objetividade e a precisão das respostas, bem como a correção vernacular do texto. Também será avaliada a percepção de todas as alternativas **teóricas e práticas** que o problema proposto possa trazer e a **amplitude da resposta** dada pelo candidato.
 - 15) Afirmações corretas mas **desprovidas de fundamentação suficiente** serão consideradas incorretas ou receberão baixa nota. Serão também desconsiderados fundamentos que, embora tecnicamente corretos, sejam **inadequados para a solução do problema/questão proposto**.
- BOA PROVA !!!**

PROVA DISCURSIVA – TRT DA 21ª REGIÃO - 12/06/2010

1ª Questão: O Sindicato dos Industriários de Goianinha-RN coordena uma greve para reivindicar do mesmo empregador o reajuste salarial dos trabalhadores e a reintegração de dois associados, Pedro e João, que em 01.04.2010 foram demitidos imotivadamente. Ficaram comprovados os seguintes fatos: a) Pedro e João foram admitidos em 01.04.2007, mas ambos tiveram a CTPS assinada em 01.07.2008; b) até 04.10.2009 Pedro era suplente da CIPA; c) João havia gozado o benefício de auxílio-doença previdenciário, código 31, no período compreendido entre 01.09.2009 e 12.01.2010; d) os contracheques de João demonstram que houve mensalmente a arrecadação da contribuição previdenciária desde o início do pacto; e) as GFIPS da empresa comprovam o recolhimento da contribuição previdenciária durante o período compreendido entre 01.07.2008 e 01.04.2010; f) os trabalhadores em greve posicionam-se na entrada do estabelecimento do empregador, distribuindo panfletos, fazendo pronunciamentos reivindicatórios e promovendo o piquete de convencimento; g) o empregador, alegando o justo receio de ser molestado em sua posse, em face da presumida e iminente violência do movimento grevista e, ainda, para evitar que outros trabalhadores, não participantes da greve, não venham a ser constrangidos pelo movimento paredista, apresentou, com base no art. 932 do CPC c/c art. 1210 do CCB, AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO perante o Juiz de Direito da Comarca de Goianinha-RN.

Em relação ao caso mencionado, responda aos seguintes itens da questão:

- 1.1. É cabível o interdito proibitório em face da presumida violência do movimento grevista?
- 1.2. A quem compete apreciar o pedido de interdito proibitório? Justifique a sua resposta, levando em consideração a posição da jurisprudência dos tribunais superiores.
- 1.3. Há por parte do empregador alguma responsabilidade criminal ante os fatos comprovados?
- 1.4. João é detentor da estabilidade prevista na Lei de Benefícios Previdenciários?
- 1.5. João e Pedro fazem jus à reintegração?

2ª Questão: Pedro Ayres, nascido em 02.03.1994, foi contratado como estagiário, em 02.03.2008, para substituir o auxiliar de pintor da Gráfica Said Ltda. Em 02.12.2009, o gerente da empresa mencionada dispensou o menor sob a alegação de que este não vinha frequentando as aulas. Pedro ajuizou reclamação trabalhista para reivindicar os seus direitos. O único documento juntado aos autos foi um termo denominado “estágio de aprendizagem”, assinado pelo pai do menor. No tocante à situação relatada responda:

- 2.1. Quais os efeitos da contratação?
- 2.2. Forneça a distinção entre o estagiário e o aprendiz?
- 2.3. Em que consiste a doutrina da proteção integral?
- 2.4. No tocante à caracterização do estágio, estabeleça a distinção entre os princípios da vinculação pedagógica, da adequação e do rendimento.
- 2.5. De acordo com as normas de direito internacional do trabalho, a atividade de Pedro pode ser classificada entre as piores formas de trabalho infantil? Justifique.

3ª Questão: O Juiz da Execução ao verificar a ausência de bens, suficientes para o pagamento de créditos trabalhistas, determinou que fossem penhorados os bens dos sócios pelo débito contraído pela pessoa jurídica que é sociedade limitada. O sócio Lino Melo irressignou-se contra a constrição de seus bens, comprovando que a obrigação trabalhista foi descumprida por ato desidioso do administrador Carlos Lopes que, ao invés de pagar aos operários, utilizou o dinheiro para financiar operação evidentemente estranha aos negócios da sociedade. Pede, então, que a execução trabalhista atinja somente os bens do administrador, em cumprimento à teoria ultra vires societatis.

- 3.1. Explique em que consiste a teoria ultra vires societatis?
- 3.2. Estabeleça a diferença entre a teoria maior e a teoria menor da desconsideração?
- 3.3. No processo do trabalho há a necessidade de ação própria para a declaração judicial da desconsideração da personalidade jurídica?

4ª Questão: No contexto do direito constitucional, conceitue e explicita a aplicação dos princípios da solidariedade e da vedação do retrocesso social, diante das tentativas políticas de desconstrução do Direito do Trabalho e de precarização das relações sociais.

5ª Questão: Forneça, conforme a doutrina, a distinção entre a terceirização reestruturante e a terceirização predatória.

6ª questão: No ato discricionário há uma margem de liberdade do administrador na eleição entre dois ou mais critérios disponíveis, diante do caso concreto. Exposta a significação da discricionariedade administrativa, é possível ao julgador, no exercício do controle judicial, estender a investigação aos motivos do ato discricionário? Em caso afirmativo, qual a importância da circunstância de fato na análise da legalidade?

7ª questão: Segundo Boaventura de Sousa Santos, a tradição intelectual do direito, no pós-guerra, ainda é dominada pela visão jurídica normativista e substantiva. Considerando a discrepância entre o direito formalmente vigente e o direito socialmente eficaz, o citado autor traz ao debate duas condições sociais que somadas às condições teóricas, da sociologia das organizações, da ciência política e da antropologia do direito, possibilitariam a orientação do interesse sociológico para as dimensões processuais, institucionais e organizacionais do direito. Na concepção do autor quais são as condições sociais e qual a influência que estas tiveram na questão do acesso à Justiça e na mudança da sistemática processualista?

8ª questão: Os Sindicatos dos trabalhadores e das empresas prestadoras de serviços da Petrobrás celebraram Convenção Coletiva de Trabalho, a qual, entre outras cláusulas, regulamentou as horas de percurso no sentido de que o tempo gasto pelos trabalhadores, até o local da prestação de serviços, em transporte fornecido pela empresa, não seria contado como hora a disposição para efeito de pagamento de horas extras in itinere. Eis a redação do parágrafo primeiro da cláusula quatorze convencionada, in verbis:

Parágrafo Primeiro - Fica desde já estabelecido que, sob nenhuma hipótese o tempo gasto pelo trabalhador durante o percurso residência trabalho, e vice-versa, será computado para qualquer efeito.

As razões para a exclusão das horas in itinere estão estabelecidas no caput da cláusula quatorze, cujo texto é o seguinte:

Cláusula quatorze - Tendo em vista as dificuldades administrativas para o deslocamento dos trabalhadores, decorrentes das peculiaridades próprias da construção pesada, no que diz respeito às constantes transferências dos trabalhadores para os diversos canteiros de obras da Empresa por força do próprio processo construtivo, acordam as partes que ficará a empresa responsável pelo transporte, ou deslocamento dos mesmos.

Analisando os fundamentos que levaram a inserção da referida cláusula convencional, você diria que à luz do princípio do conglobamento, e em conformidade com a jurisprudência do TST, esta cláusula é válida? Justifique.

9ª questão: Fato determinante que reclama o princípio da proteção no Direito do Trabalho é a natureza conflituosa da relação capital x trabalho, enquanto persistente a desigualdade entre os protagonistas desse vínculo. A propósito da flexibilização do Direito do Trabalho, quais os limites jurídicos aplicáveis a esse fenômeno de modo a não abalar as estruturas do princípio protetor?

10ª Questão: Discorra sobre o fenômeno da objetivização ou da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.